

O MERCADO DE TRABALHO DAS ATIVIDADES CULTURAIS NO BRASIL

Rafael Balseiro Zin¹

Resumo: Essa pesquisa visa realizar um estudo que articula uma linha de reflexão entre o mercado de trabalho das atividades culturais no Brasil e a atuação do poder público como garantidor das condições de existência desse mercado. O objetivo é propor uma reflexão que contribua para a questão do Estado, enquanto agente de promoção e criação de políticas de desenvolvimento de recursos humanos na área cultural com vistas à profissionalização dos seus gestores e agentes culturais. Os esforços pretendidos têm como desígnio compreender a configuração desse mercado específico e como ocorre a participação desses trabalhadores do setor cultural na economia brasileira.

Palavras-chave: Mercado de trabalho, atividades culturais no Brasil, atuação do poder público, políticas de desenvolvimento de recursos humanos.

1. Apresentação

Há uma percepção crescente na sociedade brasileira de que a Cultura, sob suas mais variadas formas e expressões, é um segmento cada vez mais presente na promoção do desenvolvimento econômico, assim como também na formação do cidadão e no resgate da identidade cultural e histórica do povo. Nesse sentido, as manifestações culturais mobilizam recursos, envolvem uma enorme quantidade de pessoas trabalhando, promovem a distribuição de bens e produtos, e contribuem, assim, para a qualidade artística e a profissionalização do fazer cultural. Por esse motivo, conhecer a realidade cultural do país é essencial para que o poder público possa realizar políticas públicas que estimulem a produção cultural, envolvendo cada vez mais uma parcela crescente da população.

Partindo desse princípio, a presente pesquisa visa realizar um estudo que articula uma linha de reflexão entre dois contextos específicos: o mercado de trabalho das atividades culturais no Brasil e a atuação do poder público como garantidor das condições de existência desse mercado. O objetivo é propor uma reflexão que contribua

¹ Bacharel em Artes Visuais pela Escola de Belas Artes de São Paulo (FEBASP) e graduando no curso de Sociologia e Política da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Contato: rafaelbzin@hotmail.com.



para a questão do Estado, enquanto agente de promoção e criação de políticas de desenvolvimento de recursos humanos na área cultural com vistas à profissionalização dos seus gestores e agentes culturais, formando quadro técnico para a área. Para tanto, os esforços pretendidos têm como desígnio compreender como se configura esse mercado específico e como se dá a participação desses trabalhadores do setor cultural na economia brasileira. Com isso, utilizando os números e dados estatísticos, que apresentam essa realidade, será possível pensar novas possibilidades de atuação do Estado que sirvam para traçar um caminho mais autônomo rumo ao desenvolvimento socioeconômico e afirmar operacionalmente a cultura como uma dimensão essencial da cidadania brasileira.

1.1. A construção do problema da pesquisa

Uma das grandes dificuldades da gestão pública de cultura é mapear os atores e os produtores culturais ao longo do território nacional. Sabe-se que inúmeros estudos confirmam a importância econômica do setor, mas, até onde se tem informação, não existe detalhamentos mais específicos sobre o mercado de trabalho no setor cultural e nos seus diferentes segmentos. Sabendo disso, o Ministério da Cultura – MinC, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea², após acordo inédito de cooperação técnica estabelecido entre as duas instituições, apresentou os resultados de um estudo que tem como objetivo fornecer subsídios para a formulação e a reformulação de políticas públicas no País em matéria de cultura, em que discutem e analisam as relações entre economia e cultura nas dimensões do acesso, da geração de emprego, e de financiamento. Os esforços empreendidos têm por objetivo traçar um panorama das estatísticas, dos indicadores, dos gráficos e demais números relacionados ao setor cultural, com vistas a uma melhor compreensão, tanto da força cultural do Brasil, quanto de seu descompasso com certas estruturas de gestão. O trabalho do MinC e do Ipea apresenta dados estatísticos inéditos, fornecendo um quadro bastante abrangente do mercado de trabalho cultural. Nele foi considerado que a disponibilização dos dados e a análise de tendências deveriam ser apresentadas de forma sintética. Dessa forma, é possível trabalhar com os dados resumidos tanto nas tabelas completas nos anexos do documento, como as que são apresentadas no corpo do texto. Esse material,

² BRASIL. Ministério da Cultura. *Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento*. SILVA, Frederico A. Barbosa da. Coleção Cadernos de Políticas Culturais; v. 3. Brasília, 2007.

portanto, contém uma base útil de informações para aqueles que desejam conhecer detalhadamente as tendências e características do mercado de trabalho cultural no Brasil.

Esse esforço deixa claro que as atividades culturais e manifestações artísticas não têm como manter distância dos números. Desse modo, não havia porque ser diferente em outro campo da cultura – o da gestão. Essa intimidade com os números pode e precisa ser aproveitada para aprimorar a administração das atividades culturais em municípios, cidades e no âmbito da federação. Até porque, uma política voltada para o mercado de trabalho das atividades culturais no Brasil só é possível com o desenvolvimento de instrumentos de planejamento também eficazes. Reunir dados e produzir indicadores para orientar a ação dos gestores públicos e privados são passos importantes para a construção de políticas específicas. De posse dessas informações, gestores dos setores público e privado podem planejar a atuação das instituições que representam, de forma mais qualificada. Acontece que o uso de números e indicadores ainda é um desafio. A dispersão das informações é grande e sua sistematização pequena, o que consequentemente limita o acesso a elas. No entanto, o levantamento de dados e informações acerca da cultura possibilita ao Estado traçar caminhos, buscar instrumentos e consolidar políticas públicas de cultura que possam sanar as dificuldades do setor. Trata-se, portanto, de um precioso instrumento para injetar maior objetividade e racionalidade na gestão cultural, já que, sem indicadores, não se têm parâmetros para criar, acompanhar e avaliar o impacto dos programas e das políticas implementadas pelas gestões.

Outro importante passo dado pelo MinC foi a elaboração de um anuário de estatísticas culturais chamado *Cultura em Números*³. Com essa pesquisa foi iniciada uma nova fase no planejamento das políticas culturais do país. Ela traz os principais dados relacionados à cultura, com informações relacionadas à oferta, à demanda, ao financiamento e à gestão cultural. Sua publicação reconhece que o planejamento, a elaboração e a avaliação das políticas públicas necessitam de subsídios e orientações que indiquem rumos tanto para a gestão pública como para as ações dos demais setores da sociedade. Por conseguinte, sabendo que as políticas culturais são vetores essenciais à consolidação dos ambientes profissionais da cultura, fica evidente que elas requerem sistematização de dados e interpretação adequada. Portanto, a estratégia de

³ BRASIL. Ministério da Cultura. *Cultura em números: anuário de estatísticas culturais* - 2ª edição. Brasília, 2010.

racionalização por meio de indicadores e metas significa a possibilidade de o poder público garantir equilíbrios na alocação de recursos. Possibilita, inclusive, que os números e as estatísticas auxiliem no planejamento que busque um caminho mais autônomo rumo ao desenvolvimento, afirmando operacionalmente a cultura como uma dimensão essencial da cidadania brasileira.

Em 2010, foram iniciadas as tramitações para a aprovação do Projeto de Lei nº 6.835/2006, que institui o Plano Nacional de Cultura – PNC⁴. Nele, a sociedade brasileira grafa textualmente princípios norteadores da política cultural brasileira, as atribuições do poder público, as diretrizes para o financiamento, disponibilizando sistemas de monitoramento e avaliação, paradigmas que nortearão os gestores públicos e privados na próxima década, no Brasil. Os indicadores culturais têm grande importância para a formulação de políticas públicas de cultura, pois agregam sentido aos dados trabalhados, mensuram, quantificam e qualificam a produção cultural. Além disso, eles contribuem para a definição do escopo de atuação e da definição de prioridades na formulação de políticas públicas e colaboram para a avaliação da efetividade dos programas trabalhados. Deve-se ressaltar, porém, que a área cultural ainda apresenta algumas dificuldades, já que é permeada por particularidades nem sempre tangíveis ou mensuráveis. Dessa maneira, os indicadores culturais sempre serão demonstrações “parciais” da realidade, fato esse que não diminui a sua importância.

Sabe-se que a economia e o desenvolvimento são aspectos da cultura dos povos da modernidade. A cultura, por sua vez, é parte do processo propulsor da criatividade, gerador de inovação econômica e tecnológica. Não obstante, a diversidade cultural produz distintos modelos de geração de riqueza, que devem ser reconhecidos e valorizados. Daí a importância do PNC. O documento estabelece vínculos entre arte, ciência e economia na perspectiva da inclusão e do desenvolvimento. Suas proposições contemplam a formação profissional, a regulamentação do mercado de trabalho para as categorias envolvidas com a produção cultural e o estímulo aos investimentos e ao empreendedorismo nas atividades econômicas de base cultural. Pode-se destacar, entre elas, o turismo, as comunicações, a indústria gráfica, a fonográfica, a arquitetura, a moda, dentre tantas outras. Por outro lado, o PNC ganha importância, pois avaliza a inserção de produtos, práticas e bens artísticos e culturais nas dinâmicas econômicas

⁴ BRASIL. Ministério da Cultura. *Caderno “Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura”*. Brasília, 2008.

contemporâneas, com o intuito de geração de trabalho, renda e oportunidades de inclusão social.

Outro aspecto a ser observado é que, com a finalidade de satisfazer as expectativas de definição da nacionalidade, grande parte das políticas públicas de cultura no Brasil foram historicamente implementadas com base em conceitos estáticos e homogêneos de identidade. No entanto, a partir da década de 1960, múltiplos processos sociais forjaram novas formas de reconhecimento dentro e fora do mundo do trabalho. Por esse motivo, todo o trabalho desenvolvido pelo MinC até aqui representa, de alguma maneira, um avanço nessa questão. Isso, pois corresponde a um esforço de pensar diferentes aspectos da cultura no Brasil, desde suas manifestações mais concretas, no plano da materialidade imediata – no qual, sobressaem-se, por exemplo, os equipamentos culturais básicos existentes nos municípios brasileiros, o dinheiro que “sai do bolso”, no gasto do consumo cultural, ou aquele que “entra no bolso”, sob a forma salário, que garante a vida do empregado que trabalha no setor cultural – até o plano mais abstrato, no qual a elaboração de políticas públicas se destaca, articulando a dimensão técnica e a dimensão política (BRASIL, 2007b). Entretanto, para a pesquisa proposta, o que interessa, de fato, está na questão do mercado de trabalho do setor cultural, especificamente.

1.2. O mundo do trabalho

De acordo com o verbete do *Dicionário do Pensamento Social do Século XX* (BOTTOMORE; OUTHWAITE, 1996), trabalho é o esforço humano dotado de um propósito e envolve a transformação da natureza através do dispêndio de capacidades físicas e mentais. Nesse sentido, o trabalho é de vital importância para o ser humano. Ele é uma ação humanizada, exercida num contexto social, que sofre influências oriundas de distintas fontes, o que resulta numa ação recíproca entre o trabalhador e os meios de produção. Além disso, o trabalho é uma fonte de prazer e satisfação e está relacionado com as expectativas de progresso e desenvolvimento pessoal. Visto como um desafio, o trabalho é uma forma de autorrealização e é, inclusive, fonte de sobrevivência. Não obstante, o trabalho é o fundamento da existência da sociedade, ao mesmo tempo em que é sua essência e sua finalidade última. Assim, a característica mais importante do trabalho é ser uma atividade que se realiza na esfera pública,

remunerada, solicitada, definida e reconhecida útil por outros, além do indivíduo que o exerce (GORZ, 2003).

O trabalho é essencial para o funcionamento das sociedades. Cada sociedade cria um conceito próprio, divide o trabalho em certas categorias e atribui-lhe um determinado valor. Quando essas condições se alteram, o trabalho também se altera, seja pela forma como se realiza (manual, mecânico, elétrico, eletrônico, etc.), seja pelos instrumentos que utiliza. Da mesma forma, a sociedade e seus agentes também variam na forma como organizam, interpretam e valorizam o trabalho. Isso, pois, o trabalho em sociedade se dá de forma organizada. Com o advento da Revolução Industrial, o êxodo rural e a concentração dos meios de produção nas mãos dos capitalistas, boa parte da população perdeu o acesso às ferramentas de trabalho. Com isso, restava aos trabalhadores destituídos oferecer sua força de trabalho como moeda de troca. E foi justamente essa forma de organização social do trabalho que impulsionou em meados do século XIX o surgimento de um mercado específico, que assume características próprias. O mercado de trabalho relaciona aqueles que procuram emprego e aqueles que oferecem emprego num sistema típico de mercado, em que se negocia para determinar os preços e quantidades de um bem, o trabalho. Estudar o mercado de trabalho, portanto, permite perceber e prever os fenômenos de interação entre estes dois grupos tendo em conta a situação econômica e social do país, região ou cidade.

Ao longo do século XX, o mercado de trabalho passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento dos movimentos organizados e da grande quantidade de mão de obra excedente para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. Com isso, a atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais uma força de trabalho, que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins (HARVEY, 2003). Sabendo disso, uma discussão pertinente é aquela que reconhece, de um lado, a possibilidade da emancipação do e pelo trabalho, como um ponto de partida decisivo para a busca da omnilateralidade humana. Por outro lado, trata-se de um desafio, dado pela existência de um ser social complexificado, que abarca desde os setores dotados de maior qualificação – representados por aqueles que se beneficiaram com o avanço tecnológico e que vivenciaram uma maior intelectualização do seu trabalho – até aqueles que fazem parte do trabalho precário, parcial, terceirizado, participantes da economia informal, da subclasse dos trabalhadores (ANTUNES, 1995).

Isto posto, é preciso entender qual é a relação entre o mundo do trabalho e o Estado, levando em consideração o fato de que o Estado é o ente, por excelência, que atua na garantia dos direitos da população. A *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (ONU, 1948) reconhece o trabalho como um direito fundamental da pessoa humana. A *Constituição Brasileira* (1988), por sua vez, já em seu primeiro artigo, parágrafo quarto, coloca o trabalho humano como valor fundamental do Estado brasileiro e como direito do cidadão. Apesar disso, hoje, o Estado brasileiro está numa posição um tanto problemática. Com a flexibilização do trabalho, é chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da Nação e é forçado, ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar condições favoráveis aos negócios, para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter – por meios distintos dos controles de câmbio – a fuga de capital para os demais países que oferecem maiores atrativos de investimento e condições mais lucrativas para os investidores (HARVEY, 2003). Em particular, no tocante ao controle do trabalho, a intervenção do Estado alcança hoje um desempenho mais satisfatório. Contudo, quando se trata de refletir acerca do mercado de trabalho das atividades culturais no Brasil, sabendo que os avanços por parte do Estado ainda são muito poucos, é preciso uma análise mais cuidadosa.

1.3. O mercado de trabalho das atividades culturais no Brasil

A dinâmica do setor cultural em termos de suas atividades e ocupações – isto é, a dinâmica do mercado de trabalho dos setores culturais e de suas características socioeconômicas – precisa e deve ser observada. No Brasil, a importância das atividades culturais no mercado de trabalho é grande. Entretanto, a dinâmica é desigual entre as regiões e os setores culturais se concentram onde há maior densidade econômica. Dessa maneira, políticas de universalização da cultura devem estar preocupadas com a alocação criteriosa de recursos para desenvolver e proporcionar condições de dinamização das economias. As dificuldades também são evidentes na limitada e desigual distribuição de recursos federais, sejam eles orçamentários ou provenientes dos incentivos fiscais. Basicamente, esses recursos chegam a poucos municípios, não seguem diretrizes coerentes de alocação e nem estão integrados a objetivos políticos claramente enunciados (BRASIL, 2007b). Além disso, as instituições federais enfrentam problemas estruturais relacionados à escassez de recursos e a forte fragmentação de suas ações, que limitam seu potencial de atuação sistêmica e

restringem o seu campo de execução. Como a atuação dessa esfera de governo é estratégica para a consolidação de políticas públicas culturais abrangentes e universais, as suas dificuldades se tornam dificuldades de todas as instituições culturais.

Na história cultural brasileira é conhecida a tradição de apoio às artes e cultura por parte de atores políticos e econômicos importantes, como príncipes ou governantes, empresários, financistas ou amadores esclarecidos. Mas com a organização do apoio de Estado, abrem-se possibilidades de intervenção sistemática para a criação de ocupações e geração de renda relacionada às atividades culturais, industriais ou não, considerando as possibilidades de desenvolvimento de regiões menos dinâmicas economicamente. É necessário, portanto, promover o fomento de circuitos de produção efetivamente descentralizada que aproveitem potencialidades regionais e locais. Os dados do mercado de trabalho (BRASIL, 2007b) mostram a concentração dos empregos culturais na região Sudeste, no Rio Janeiro e em São Paulo, mas também apontam que os diversos segmentos da cultura têm dinamismo fora desse eixo, o que pode ser potencializado com políticas ativas. Por outro lado, mostra-se que os setores culturais, apesar de proclamarem valores de promoção da diversidade, convivem com forte discriminação étnica e de gênero, além de possuírem um grau elevado de informalidade.

1.4. Objetivos da pesquisa

Levando em consideração a discussão apresentada, este trabalho tem por objetivo realizar uma análise das características do emprego formal cultural, proporcionando uma ideia das dimensões e potenciais das práticas de produção e circulação cultural, sobretudo da ótica de sua importância no mundo do trabalho. O setor cultural movimenta recursos de grande magnitude e, conseqüentemente, tem capacidade significativa de geração de empregos e renda. Além disso, a importância da cultura nas dinâmicas de desenvolvimento econômico da sociedade brasileira moderna transforma-a em uma variável política importante, sobretudo pelos impactos que gera nos diversos setores da atividade econômica.

Se, como prevê o artigo 215 da *Constituição Brasileira* (1988), a cultura é reconhecida expressamente como um conjunto de direitos do cidadão brasileiro, sendo responsabilidade do Estado a garantia do pleno exercício da vida cultural e acesso às fontes da cultura nacional, o mercado em que se insere tanto os produtores quanto o produto de seu trabalho, deve ser avaliado. Conquanto, essa pesquisa assume a

importância que as políticas de cultura têm enquanto instrumentos de garantia e manutenção da produção cultural brasileira. Portanto, estudar essa relação entre o mercado de trabalho da cultura, através das perspectivas das ciências sociais, possibilita compreender aspectos da vida contemporânea e as dificuldades e conflitos que esta apresenta. Permite, ainda, pensar o papel dos produtores de cultura como agente de transformação social.

2. Métodos de pensamento e métodos de trabalho

O interesse por um determinado problema de pesquisa, a perspectiva que se coloca para formulá-lo e, o mais importante, a escolha dos instrumentos de coleta do material a ser analisado, não acontece por acaso. A discussão apresentada até aqui toma como fundamento o mercado de trabalho formal da cultura e essa abordagem se dá justamente pela ausência de informações setoriais sistemáticas. Segundo constatações do MinC (BRASIL, 2007b) algumas questões causam problemas e apontam limites do estudo como, por exemplo, a natureza das atividades culturais – em alguns casos as atividades são muito atomizadas –, sua informalidade e o fato de que a base de informações não foi construída para dimensionar o setor cultural em específico, o que gera problemas de classificação, agregação e definições conceituais mais apropriadas. Entretanto, esses problemas não obstaculizam de forma definitiva o trabalho e a importância de um dimensionamento exploratório do setor.

A análise do mercado formal permite dimensionar e apontar algumas das características específicas, como a de que a cultura tem peso importante na geração de empregos e renda. Outro ponto a ser considerado é que o setor é mal distribuído no espaço, ou seja, é marcado por profundas desigualdades regionais. As regiões têm diferentes dinâmicas culturais que influenciam as possibilidades de acesso e democratização cultural. Essa dinâmica é, sobretudo, relacionada à indústria e, mesmo que as interdependências com o setor público sejam significativas, pode-se afirmar que o setor cultural tem uma grande dimensão relacionada às dinâmicas dos mercados privados.

2.1. Abordagens e procedimentos da pesquisa

Conforme o apresentado, não existe um detalhamento sobre o mercado de trabalho no setor cultural e nos seus diferentes segmentos. Por esse motivo, essa pesquisa parte do estudo realizado pelo Minc e Ipea (BRASIL, 2007b) como referência para a seleção de dados estatísticos secundários que possibilitam a escolha de procedimentos e o tratamento das informações. Na parte II, do terceiro volume dos *Cadernos de Políticas Culturais*, o tema abordado é o emprego. Os dados publicados tratam da dinâmica do setor cultural em termos de suas atividades e ocupações, isto é, da dinâmica do mercado de trabalho dos setores culturais e de suas características socioeconômicas. Ele está dividido em três partes:

Capítulo 3 - O Mercado de Trabalho nas Atividades Culturais no Brasil, 1992-2001;

Capítulo 4 - O Emprego Formal em Atividades Culturais em 2002;

Capítulo 5 - O Emprego Formal no Setor Cultural, 1994-2002.

Após análise parcial dos gráficos e tabelas presentes nessa seção, foi possível observar com mais cuidado as informações contidas no capítulo 3. Elas estão dispostas em uma série de tabelas estatísticas que apresentam dados sobre o mercado de trabalho cultural no Brasil, a participação dos segmentos culturais nesse mercado, a evolução do mercado de trabalho cultural e geral e o rendimento médio do mercado de trabalho cultural. Com base em dados do Brasil da década de 1990 e início dos anos 2000, o MinC e o Ipea levaram em consideração algumas características, como composição, rendimento, educação, componentes de gênero, raça e distribuição geográfica, entre outras. Contudo, o período estudado nesse documento, que vai de 1992 a 2001, está um tanto desatualizado.

Sabendo disso, decidimos trabalhar com outros dados. O MinC, por meio da Gerência de Estudos e Pesquisas, pertencente à Secretaria de Políticas Culturais, desenvolveu, ao longo de 2007 e 2008, o *Cultura em Números* (BRASIL, 2010). A proposta desse documento é reunir informações sobre as diversas expressões culturais por meio de indicadores quantitativos. O relatório abrange diversos segmentos do setor cultural, tais como cultura popular, teatro, biblioteca pública, museu, artes plásticas, fotografia, moda, design, cultura digital e cinema, entre outros. É importante salientar que os dados das pesquisas receberam formato de apresentação. Algumas vezes, foram criados indicadores, ou seja, a forma disponibilizada foi modificada para qualificar os dados.

O *Cultura em Números* baseia-se na relativização da dinâmica do setor cultural a partir de uma série histórica. Deverá ser, portanto, constantemente aprimorado e

realimentado. Assim, as informações são apresentadas em cinco áreas específicas: Oferta da Cultura, Demanda da Cultura, Indicadores Culturais, Financiamento da Cultura e Gestão Pública da Cultura. Para efeitos de pesquisa, optou-se por trabalhar com os dados disponibilizados nos *Indicadores Culturais*. Essa área contempla os dados da pesquisa *Sistema de Informações e Indicadores Culturais*, realizada pelo IBGE e publicada em 2006 e 2007, fundamentando-se em uma base de dados referente a 2003-2005. São abordados os seguintes agregados macroeconômicos: consumo, investimento e gastos do governo pelo lado do dispêndio; remuneração e salários, pessoal ocupado e número de empresas pelo lado da oferta; além de valor adicionado e consumo intermediário pelo lado da produção.

A segregação dessa área é feita primeiramente pela divisão em três subáreas: Produção, Oferta e Dispendio. Em seguida, é dividida por grande agregado macroeconômico. Finalmente, levando-se em consideração a Classificação Nacional das Atividades Econômicas – CNAE, os agregados são repartidos nas contas relacionadas com a cultura. Os gastos governamentais com cultura foram apresentados de forma regionalizada, em período trienal. A opção pelos gráficos na maior parte dos agregados tem o intuito de facilitar o entendimento das informações, as quais, na publicação, estão dispersas de forma complexa e com dificuldades de leitura. Dessa maneira, para uma análise mais proveitosa do mercado de trabalho das atividades culturais no Brasil, essa pesquisa analisa alguns gráficos presentes na subárea da Oferta. Isso porque, ela abrange uma série de informações que propiciam uma reflexão mais específica, tais como a participação do setor cultural na economia brasileira, a participação do pessoal ocupado por número de empresas, a participação do setor cultural no total geral da economia, a participação dos salários e outras remunerações segundo o tamanho das empresas e a evolução do custo do trabalho.

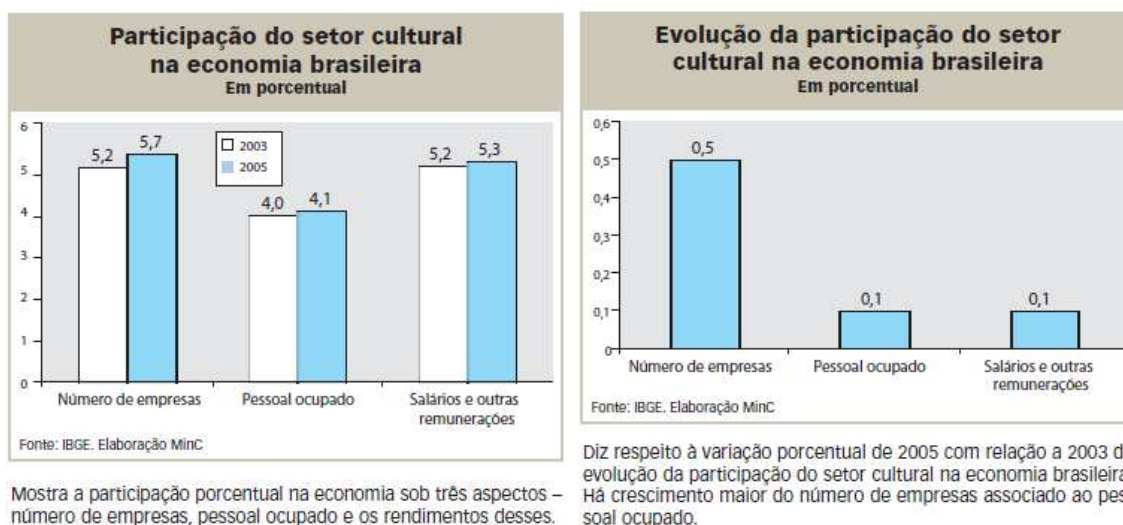
O *Cultura em Números*, portanto, é de grande utilidade para pesquisadores e profissionais da área, pois permite realizar estudos mais analíticos frente aos números apresentados. Por fim, é preciso esclarecer que a principal fonte de dados utilizada pelo MinC e pelo Ipea é a *Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio* – Pnad, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Além disso, o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE disponibiliza diversos dados sobre o emprego no Brasil, sendo uma das bases de dados geradas a *Relação Anual de Informações Sociais* – RAIS, que traz dados completos sobre o mercado de trabalho formal. As informações podem ser detalhadas por atividades setoriais, segundo a *Classificação Nacional de Atividades*

Econômicas – CNAE, uma importante fonte de informação para o acompanhamento dos empregos no setor.

3. Análise e resultados da pesquisa

As composições do setor cultural, especificamente, do mercado de trabalho cultural, considerado nessa pesquisa, são de grande importância. Com os dados apresentados fica mais fácil mapear a realidade do setor com vistas à proposição de políticas culturais que deem conta da abordagem trabalho e emprego. Desse modo, encontram-se no texto correlações entre as informações apresentadas, a partir de um conjunto de gráficos selecionados que formam uma sintetização de dados e que possibilitam aprofundar a análise dos diversos segmentos.

3.1. Análise preliminar: algumas constatações



Nos gráficos acima temos uma visão geral da participação do setor cultural na economia brasileira. Os números apresentados representam tanto empresas privadas quanto investimentos feitos pelo governo federal. Entre os anos de 2003 e 2005 houve um ligeiro crescimento na atuação da cultura no mercado brasileiro. Isso, pois, o número de empresas supera o número de funcionários empregados. O aumento dos salários, por sua vez, acompanha o número de novos funcionários empregados nessas empresas. A primeira constatação obtida, ao colocar esses gráficos em paralelo, é a de que o mercado encontra-se em expansão. Com o surgimento e o aumento do número de

novas empresas e consequentemente o aumento de postos de trabalho no setor, há, portanto, uma demanda não atendida em sua completude por novos trabalhadores.



Comparação do número médio de empregados das empresas do setor cultural com os demais setores da economia brasileira.



Indica a participação do setor cultural, em termos de pessoal ocupado, no que diz respeito à indústria.

Nesses dois gráficos temos uma nova amostragem da participação do setor cultural na economia brasileira. Mais especificamente em relação à forma com a qual os trabalhadores deste setor estão distribuídos nesse mercado. Em primeiro lugar, observa-se que, enquanto os demais setores têm um aumento em sua participação entre os anos de 2003 e 2005, o setor cultural, que se encontra em decréscimo em relação aos demais, tem uma pequena diminuição em relação ao primeiro e ao último ano abordado. Outro dado que chama atenção é a forma como estão distribuídos esses trabalhadores dentro da sua atuação. Há uma grande desproporção em relação às áreas de ocupação. A indústria de transformação ainda emprega um número muito pequeno em relação às demais atividades culturais, indicando um possível mercado ainda não explorado ou a ausência de elementos que conduzam os trabalhadores para essa outra vertente da cultura.

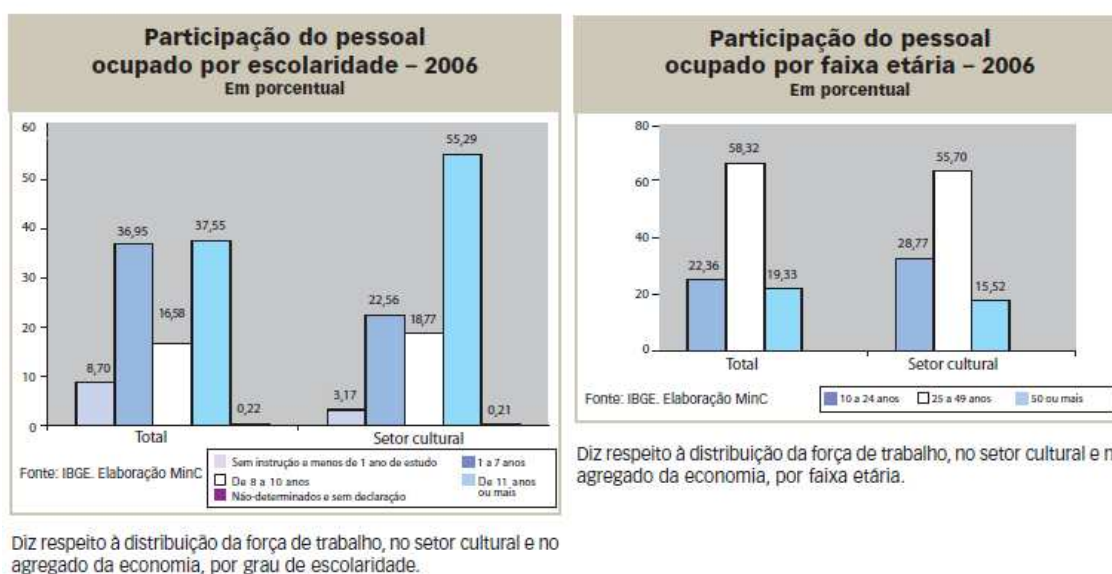


Aponta a participação do setor cultural, em termos de pessoal ocupado, no que diz respeito ao comércio.

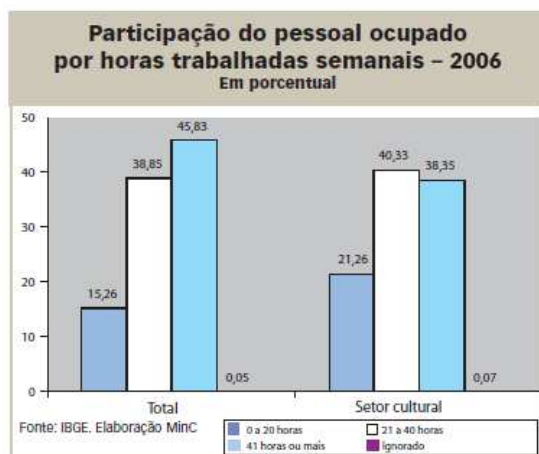


Fornece a participação do setor cultural, em termos de pessoal ocupado, no que diz respeito ao serviço.

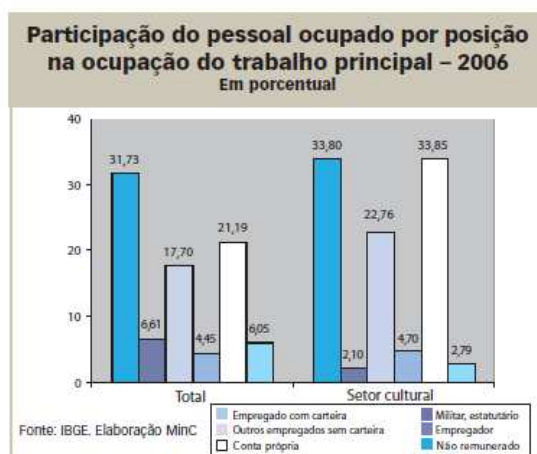
Ambos os gráficos apresentam a participação do pessoal ocupado nas atividades industriais, comerciais e de serviços da cultura. Correlacionando-os, percebe-se que existe uma participação muito pequena da cultura enquanto indústria de serviço e comércio. Grande parte do pessoal ocupado ainda se encontra na atividade cultural. Apesar da pequena participação no comércio e na indústria de serviços, há uma taxa crescente no número de empresas no setor cultural que não é correspondido pelo mesmo indicador de aumento do número de funcionários no mesmo período.



Com esses gráficos é possível estabelecer uma correlação mais específica do pessoal empregado de acordo com a faixa etária e nível de escolaridade. A faixa etária dos empregados do setor cultural em relação aos demais é bastante aproximada, apesar de uma pequena variação, mas ainda indica que há trabalhadores mais novos na primeira. Esses mesmos trabalhadores, quando questionados sobre seu grau de escolaridade, demonstram ter um percentual muito acima dos demais setores com média de estudos entre 11 anos ou mais. Isso mostra que uma faixa etária jovem está cada vez se qualificando mais para o mercado de trabalho.

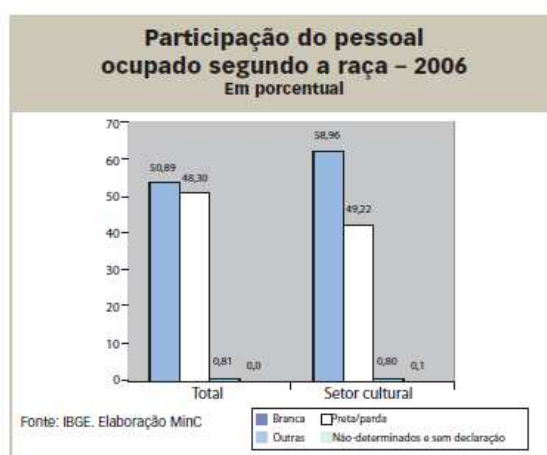


Mostra a distribuição da força de trabalho, no setor cultural e no agregado dos outros setores da economia, por horas trabalhadas.



Mostra a distribuição da força de trabalho, no setor cultural e no agregado dos outros setores da economia, pela posição na ocupação do trabalho principal.

Outra correlação interessante a ser feita, sobre o mercado de trabalho cultural, é o modo como este se organiza no mercado em geral. Com base nos dados, é possível afirmar que a carga horária seguida pelos trabalhadores do setor cultural é menor do que dos demais setores. Isso pode ser mais bem compreendido se for levado em consideração a informalidade. Parte significativa dos trabalhadores exerce suas atividades sem receber nenhum tipo de remuneração, o que normalmente acarreta em uma baixa carga horária semanal, ou por conta própria, permitindo planejar seu horário de trabalho. Cria-se então uma dinâmica diferente e específica dentro deste setor em relação ao seu desenvolvimento dentro do mercado de trabalho convencional.



Mostra a distribuição da força de trabalho, no setor cultural e no agregado dos outros setores da economia, segundo a raça declarada.



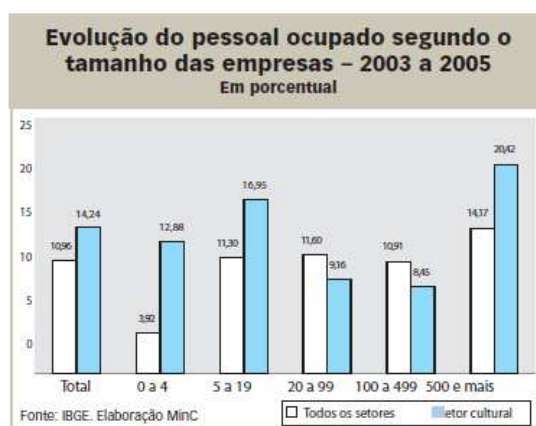
Mostra a distribuição da força de trabalho, no setor cultural e no agregado dos outros setores da economia, segundo o sexo.

A diferença encontrada no mercado de trabalho cultural e a maneira como se dão as relações de ocupação de acordo com o sexo ou a raça, em contra senso com o que o

mercado em geral proporciona, também pode ser verificado. No setor cultural encontramos um número maior de trabalhadores que se consideram negros ou pardos em relação aos que se consideram brancos. Dentro dessa amostra, a disparidade entre cargos ocupados por homens e mulheres é menor dentro do mercado cultural, mostrando que há uma porcentagem bem próxima entre homens e mulheres empregados. De modo geral, isso se dá no mercado de trabalho total, onde os demais setores da economia brasileira estão incluídos.



Mostra a participação em rendimentos da força de trabalho segundo o tamanho das empresas – tanto para o setor cultural quanto para o agregado dos setores da economia.



Demonstra a evolução da força de trabalho por tamanho de empresa tanto para o setor cultural como para o agregado dos demais setores da economia brasileira.



Mostra a variação na remuneração do trabalho conforme o porte da firma – setor cultural e abrangendo todos os setores da economia.

Quando se trata da remuneração dos trabalhadores e como ela se dá dentro das diferentes empresas, nota-se que no setor cultural ela é inferior, em relação ao demais.

Apesar dos dados indicarem que a evolução dos trabalhadores no mercado de trabalho cultural tem sido expressivamente maior do que no mercado em geral, a média salarial ainda encontra-se com uma participação menor. O tamanho das empresas também contribui para isso. Empresas pequenas tendem a contar mais por oferecerem menores salários. É válido lembrar que grande parte dos trabalhadores desse setor exerce sua função mediante nenhuma remuneração ou sem um vínculo empregatício formal. Esses elementos são essenciais para compreendermos porque sua evolução não acompanha o mercado geral de trabalho ao mesmo tempo em que há cada vez mais empresas sendo criadas no setor cultural.

Salário médio e custo do trabalho nos setores econômicos total e cultural						
Setores econômicos total e cultural	Salário médio mensal ¹ (em salários mínimos)			Custo do Trabalho ² (%)		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Total						
Total geral (IT+CO+SE)	3,3	3,2	3	13,3	12,9	13,1
Atividades culturais (AIC+ACC+ASC)	5,4	5,3	5	14,2	13,6	13,8

Mostra o salário do trabalhador médio e o custo do trabalho, em evolução, de 2003 a 2005, das atividades culturais ligadas à indústria de transformação.

1. O salário médio mensal corresponde à relação entre o total de salários, de retiradas e de outras remunerações e o número total de pessoas ocupadas dividido pelo salário mínimo anual, que é o somatório do salário mínimo pago por mês, incluindo o décimo terceiro. Em 2003, o salário mínimo anual foi de R\$ 3.000,00, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego.
2. O custo do trabalho na indústria corresponde à relação entre os gastos com pessoal e a receita líquida de vendas; no comércio e nos serviços, corresponde à relação entre os gastos com pessoal e a receita.



Mostra a variação na remuneração do trabalho, em salários mínimos, no período de 2003 a 2005 – setor cultural e abrangendo todos os setores da economia.



Apresenta a variação, de 2003 a 2005, na proporção do custo das empresas a que corresponde o custo com trabalho – tanto o setor cultural como o agregado da economia.

As informações do salário médio e custo do trabalho, bem como esses dois gráficos selecionados, mostram que a evolução do salário, de modo geral, foi decrescente. Isso se deu tanto no setor econômico total quanto no cultural. Contudo, ao mesmo tempo em que nata-se essa queda, o setor cultural evoluiu de forma mais

consistente e numerosa do que o mercado em geral, ou seja, os trabalhadores do setor cultural passaram a ganhar mais. Pensando o aumento salarial, também, é possível implicar os custos. Entre o período de 2003 e 2005 o custo correspondente ao setor cultural se manteve acima do custo geral do trabalho. No entanto, houve uma diminuição desses números. Com isso, o custo do trabalho ao final de 2005 era inferior ao de 2003. Essa constatação pode ser aplicada para ambos os setores ou especificamente para o setor cultural. Essa relação representa a situação econômica do mercado de trabalho total. Desse modo, conforme a diminuição no investimento à cultura aumenta, a média de salários tende a cair, ou melhor, tende a não ter o mesmo grau de evolução já alcançado em anos anteriores, assim como o número de trabalhadores.

4. Considerações finais

O ponto de partida desse estudo está no fato de que existe uma percepção crescente na sociedade brasileira de que a cultura, sob suas mais variadas formas e expressões, é um segmento cada vez mais presente na promoção do desenvolvimento econômico, assim como também na formação do cidadão e no resgate da identidade cultural e histórica do povo. Se as manifestações culturais mobilizam recursos, envolvem uma enorme quantidade de pessoas trabalhando, promovem a distribuição de bens e produtos, e contribuem, assim, para a qualidade artística e a profissionalização do fazer cultural, é mais do que necessário um olhar direcionado para essa realidade. Por esse motivo, conhecer a realidade cultural do país é essencial para que o poder público possa realizar políticas públicas que estimulem a produção cultural, envolvendo cada vez mais uma parcela crescente da população.

A produção cultural, hoje, faz parte do setor de serviços. Na maior parte dos casos, quem trabalha na área cultural se articula por projeto, seja um artista contratado para uma temporada de shows, seja um gestor cultural que formata projetos para captação de recurso, seja um administrador que fará o controle de gastos e despesas do projeto realizado. Dessa maneira, os profissionais da área cultural são interdependentes. Um sabe que precisa do outro e esse reconhecimento gera um espírito de cooperação e uma troca muito grande. Assim, a cultura desperta os recursos internos do indivíduo e fomenta sua interação com o grupo, na medida em que o indivíduo se realiza como pessoa e expande suas potencialidades.

Sabe-se que a cultura tem se tornado cada vez mais alvo de novos investimentos. No entanto, eles ainda não são o suficiente para fazer com que o setor cultural alcance maior destaque dentro da economia nacional. O mercado de trabalho dentro do setor cultural ainda possui características bastante particulares, que fogem a regra imposta pelo mercado de trabalho geral. Algumas dessas características são a informalidade do mercado, a falta de remuneração dos trabalhadores e a falta de uma jornada de trabalho preestabelecida. Por fazerem parte de um mesmo ciclo, é possível relacionar esses elementos de maneira simples. A informalidade não exige o cumprimento das leis trabalhistas, que, por sua vez, não exigirá uma carga horária fixa de trabalho. Sem esses pré-requisitos a exigência por uma regulamentação do ser, mediante ao trabalho realizado, se torna quase impossível.

A média salarial entre os trabalhadores empregados na industrial cultural tem evoluído, ainda que em menor escala. Como o crescimento ainda é baixo, os reajustes salariais acompanham essa mesma porcentagem. Agora, comparando esse crescimento com os demais setores da economia, é possível afirmar que houve uma pequena queda tanto no crescimento quanto na evolução salarial. Quanto menor o investimento público em cultura, mais fragilizado fica esse setor econômico que, por sua natureza instável, não se ajusta aos mesmos parâmetros empregatícios adotados pelos demais setores.

Em contrapartida, a indústria cultural tem se expandido. Isso pode ser verificado com o surgimento de novas empresas dentro do setor cultural e pode ser visto com maior clareza no período de 2003 a 2005. Os dados apresentados indicam esse aumento. No entanto, ao analisar o surgimento de novas empresas associado à criação de novos postos, pode-se perceber que o crescimento continua baixo. A massa de trabalhadores que compõem o mercado de trabalho cultural consiste em pessoas mais jovens e com grau de escolaridade mais elevado, em comparação aos demais trabalhadores que integram o mercado geral. Além disso, faz parte dessa massa segmentos de trabalhadores que, excetuando a esfera cultural, encontram mais dificuldades em conquistar um emprego. Mulheres, negros e pardos aparecem como empregados em maior número se comparados à média geral do país. Provavelmente, encontram no segmento cultural um espaço de possível acesso ao mercado de trabalho.

Do ponto de vista trabalhista, portanto, a cultura tem muito a contribuir para que se consiga agregar novos trabalhadores, principalmente àqueles que não dispõem de melhores oportunidades para concorrer no mercado de trabalho. É necessário, porém, que haja investimento suficiente para que os trabalhadores que integram esse mercado

sejam devidamente remunerados, tendo seus direitos assegurados, propiciando a criação de novas políticas, fazendo com que essa informalidade abra espaço para a formação de uma estrutura mais sólida de trabalho. Assim, é possível pensar o Estado, enquanto agente de promoção e criação de políticas de desenvolvimento de recursos humanos na área cultural, formando quadro técnico para o setor. É possível, inclusive, pensar novas possibilidades de atuação do Estado que sirvam para traçar um caminho mais autônomo rumo ao desenvolvimento socioeconômico afirmando, operacionalmente, a cultura como uma dimensão essencial do exercício da cidadania brasileira.

5. Bibliografia

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise*. SILVA, Frederico A. Barbosa da. Coleção Cadernos de Políticas Culturais; v. 2. Brasília, 2007a.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento*. SILVA, Frederico A. Barbosa da. Coleção Cadernos de Políticas Culturais; v. 3. Brasília, 2007b.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Caderno “Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura”*. Brasília, 2008.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Cultura em números: anuário de estatísticas culturais - 2ª edição*. Brasília, 2010.
- CHAIA, Miguel. Arte e política: situações. In: *Arte e política*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- GORZ, André. *Metamorfoses do Trabalho*. São Paulo: Annablume, 2003.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Ed. Loyola, 2003.
- NUSSBAUMER, Gisela Marchiroi (org). *Teorias e políticas da Cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA , 2007.

OLIVERI, Cristiani e NATALE, Edson. *Guia brasileiro de produção cultural*: 2010-2011. São Paulo: Edições SESC SP, 2010.

ONU. *Declaração universal dos direitos humanos* (1948). Disponível em: <www.onu-brasil.org.br/documentos> Acesso em: maio de 2011.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Social no Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

RUBIM, Antonio Albino; BARBALHO, Alexandre (org). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA , 2007.

TURINO, Célio. *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo pra cima*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.